

## VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: POLÍTICAS PÚBLICAS E ATENDIMENTO ÀS MULHERES VITIMIZADAS

Ariane Camila Tagliacolo Miranda (OBEDUC/UEM)  
Kethlen Leite de Moura (DFE/UEM)

### Tema proposto

Pretendemos com essa proposta refletir sobre a temática voltada à violência de gênero contra as mulheres num olhar para a construção social de gênero e a implementação de políticas públicas que subsidiam o atendimento às mulheres vitimizadas. O motivo do recorte ser voltado à violência contra as mulheres deve-se à separação sexista que promoveu historicamente – e ainda promove – a desigualdade, a opressão, o abuso e a inferioridade simbólica apontada as mulheres. Não há como negar a opressão voltada às mulheres e o poder dos homens, de forma simbólica e até mesmo física, a ideia de separação já sugere a violência entre ambos, pois o masculino – sobre as penitências de ser desse sexo – possui suas obrigações de virilidade, força e autoridade, e o feminino passa a seguir as normas discursivas impostas neste contexto, como se comportar, ser e atuar na sociedade.

### Objetivos

- Refletir sobre a violência contra mulheres;
- Retratar as formas de violência;
- Expor as políticas de atendimento a esse fenômeno social;
- Apresentar as políticas públicas a fim de combater a violência contra as mulheres.

### Referencial teórico

Produzida no sistema social e nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres, a violência contra o gênero feminino se estabelece. Com base em seu projeto de dominação-exploração, o homem faz uso da violência para exercer o patriarcado sobre as mulheres, para garantir a obediência e impedir o pleno avanço dessa categoria (PRIORI, 2007).

A tese feminista aponta que a violência entre esses gêneros tem resultados diretos com os valores patriarcais, “que valorizam positivamente o sexo masculino e tudo que a ele diz respeito e desvaloriza tudo que é feminino e diz respeito à mulher” (NADER, 2007, p.11). Há,

nesse caso, o pensamento de desvalorização feminina pelos homens, que se encontra frustrado com seu modo de pensar patriarcal, possibilitando-o que ele mesmo exerça o poder de agredir as mulheres com legitimidade.

Priori (2007) destaca que a violência vivida por mulheres decorre do entendimento do conceito de gênero, uma vez que esse é fundamental na organização social.

Basicamente, o gênero é concebido como a construção sociocultural do significado de ser homem e ser mulher em uma determinada sociedade. Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (PRIORI, 2007, p.15).

A violência contra as mulheres pode ser percebida nos pequenos atos privados de abuso de poder e submissão, praticados rotineiramente no ambiente doméstico e nos vários setores sociais. Pode-se expressar pelo abuso psicológico, emocional, de coerção econômica e de restrição social, entre outros.

A violência contra mulheres é qualquer conduta de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que lhe cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Produto de um sistema social que subordina o sexo feminino, essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados (PRIORI, 2007, p.16).

Relacionado ao poder com as relações de gênero, podemos verificar duas faces: a da potência e a da impotência. É socialmente estabelecido para as mulheres conviver com a impotência, ao passo que, para os homens, é preferível conviver com a potência, vinculada à força e ao poder. Percebemos que os atos violentos praticados pelos homens estão relacionados com a vivência da impotência (SAFFIOTI, 2004). A violência contra a mulher tem relação com a frustração que o homem,

[...] sujeito cuja função é atuar no mundo público para prover o privado, se encontra em uma situação sócio-econômica injusta. E, se o poder é visto como a base para a compreensão das relações de gênero a derivação da situação sócio-econômica injusta pode gerar nos sujeitos grande hostilidade (NADER, 2007, p.11).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), a violência contra a mulher pode ser física, psicológica, sexual e suas manifestações podem ser agudas ou crônicas, físicas, mentais ou sociais. Segue uma sinopse dessas agressões:

- No aspecto físico, as lesões agudas (inflamações, contusões, hematomas em várias partes do corpo), em geral, são consequências de agressões causadas por uso de armas, socos, pontapés, tentativas de estrangulamento, queimaduras, sacudidas. Em alguns casos, podem provocar fraturas dos ossos da face, costelas, mãos, braços e pernas;
- Nas agressões sexuais, podem ser observadas lesões das mucosas oral, anal e vaginal. As lesões das mucosas envolvem inflamação, irritação, arranhões e edema, podendo ocorrer inclusive perfuração ou ruptura. A gravidade das lesões depende do grau de penetração e do objeto utilizado na agressão. Após a agressão, podem permanecer sintomas de dor no baixo ventre ou infecções, transtornos digestivos – como falta de apetite – náuseas, vômitos, cólicas e dores de estômago, perda de peso, dores de cabeça e dores musculares generalizadas. Também as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), infecções urinárias, vaginais e gravidez são consequências que podem se manifestar posteriormente;
- Alterações psicológicas podem ser decorrentes do trauma sofrido pela violência psicológica, podendo ser percebido o estado de choque após a agressão, que duram várias horas ou dias. A crise de pânico, que pode ser estendida por longos períodos. Podem ainda surgir ansiedade, medo e confusão, fobias, insônia, pesadelos, autorreprovação, sentimentos de inferioridade, fracasso, insegurança ou culpa, baixa autoestima, comportamento autodestrutivo – como uso de álcool e drogas, depressão, tentativas de suicídio e sua consumação;
- As manifestações sociais podem incluir isolamento por medo que outros descubram o acontecido, medo de que se repita, além das mudanças frequentes de emprego ou moradia (BRASIL, 2001).

As várias formas de violência podem acarretar sintomas psicossomáticos, como a falta de concentração e irritabilidade, caracterizando, nestes casos, a ocorrência de estresse pós-traumático. Os efeitos sobre a saúde podem ser prolongados e crônicos, podendo ser evitados mediante tratamento e apoio apropriado, tanto pela equipe de saúde quanto pela família e amigos (BRASIL, 2001).

Na perspectiva de que a violência de gênero contra as mulheres tenha relação com o histórico patriarcado, com a subordinação da mulher e com sua invisibilidade nos espaços sociais, é que destinamos a nossa preocupação pela conscientização das mulheres a respeito da existência desse modelo sexista desigual e para que elas possam, diante da vitimização, ter o poder de enfrentamento e de denúncia da violência sofrida para os órgãos de proteção e amparo às vítimas de violência de gênero e na busca da ampliação de políticas públicas para o combate à este fenômeno social.

## Metodologia

O presente minicurso, relaciona-se à violência contra mulheres que são resultantes das relações de gênero no contexto social e educativo. O Minicurso proposto delinea o modelo patriarcal de família e suas consequências para as relações sociais, especialmente no que se refere à violência voltada às mulheres.

## Considerações Finais

Esse minicurso nos proporciona, a partir dos objetivos propostos, nos quais buscam investigar as percepções sobre o cenário da violência contra as mulheres no espaço social, que chegam à Delegacia da Mulher, assim consideramos que é possível visualizar uma amostra de como acontecem às relações de gênero no espaço educativo. Dessa forma, a proposta apresentada, visa discutir as ações de meninos e meninas que acabam por produzir e reproduzir as diferenças de gênero, que repercutirão em suas trajetórias, promovendo violências praticadas, principalmente, contra as mulheres, por esta figura representar historicamente um ser frágil e inferior aos homens.

## Referências

- AUAD, D. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BONNICI, T. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.
- CAMPOS, H. de C. Violência doméstica no espaço da lei. *In: Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: FCC, 2001.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- JUSTAMAND, M. O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí): muito antes de 1500. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA, Humaitá – Amazonas: Ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, p. 121-135.
- LESSA, P. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade, Brasil (1979 – 2006)**. 2007. 248f. Tese (Doutorado em História) – UNB, Brasília.

MAIO, E. R. **O Nome da Coisa**. Maringá/PR: Unicorpore, 2011.

MEYER, D. E. Das (im)possibilidades de se ver como anjo. *In*: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.25-37.

MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p. 09-27.

MÜLLER, Verônica R. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada**. Petrópolis/RJ: Vozes: 2007.

PRIORI, C. **Retratos da violência de gênero: denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987 – 1996)**. Maringá – PR: Eduem, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Texto original: Joan– Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Nota das tradutoras: A divulgação desta produção foi devidamente autorizada pela autora. New York, Columbia University Press. 1989.

SFORNI, M. S. DE F. Escola Pública e Feminização Docente - faces do mesmo projeto. **Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Campinas: FE/UNICAMP, 1997.